

A IMPORTÂNCIA DAS DATAS DE 508 E 538 A.D. NO PROCESSO DE ESTABELECIMENTO DA SUPREMACIA PAPAL

Alberto R. Timm*

Uma das principais características da teologia adventista é a interpretação historicista das profecias apocalípticas. Os adventistas dão atenção especial ao estudo de períodos proféticos como as 70 semanas de Daniel 9:24-27, as 2300 “tardes e manhãs”¹ de Daniel 8:14, e os 1260 dias de Apocalipse 11:3 e 12:6. Enquanto que cada um dos dois primeiros períodos aparecem apenas uma vez nas Escrituras, alusões ao último período são encontradas não apenas em Apocalipse 11:3 e 12:6, mas também nos 42 meses de Apocalipse 11:2 e 13:5, bem como nas expressões “um tempo, dois tempos e metade dum tempo” de Daniel 7:25, e “um tempo, tempos e metade de um tempo” de Apocalipse 12:14.²

Os períodos dos 1290 dias de Daniel 12:11 e dos 1335 de Daniel 12:12 são tradicionalmente vistos pelos adventistas do sétimo dia como abrangendo o mesmo período dos 1260 dias, mas iniciando 30 dias antes. Conseqüentemente, o término dos 1290 dias coincide com o final dos 1260 dias, enquanto que o término dos 1335 dias ocorre 45 dias mais tarde.³

Com base no “princípio dia-ano”,⁴ os adventistas vêem os 1290 e 1335 dias-anos como havendo iniciado em 508 A.D., e os 1260 dias-anos como começando 30 anos

*Alberto R. Timm, Ph.D. (Andrews University, EUA), é diretor do Centro de Pesquisas Ellen G. White do Brasil e professor de Teologia Histórica no Instituto Adventista de Ensino - Campus 2, em Engenheiro Coelho, SP.

¹Para uma consideração mais detida das razões pelas quais as 2300 “tardes e manhãs” de Daniel 8:14 deveriam ser interpretadas como 2300 “dias”, ver Francis D. Nichol, ed., *The Seventh-day Adventist Bible Commentary* (Washington, DC: Review and Herald, 1976), 4:844; Siegfried J. Schwantes, “‘ereb boqer of Dan 8:14 Re-examined,” *Andrews University Seminary Studies* 16 (outono de 1978): 375-385; José Carlos Ramos, “1150 ou 2300?” *Revista Adventista (Brasil)*, dezembro de 1995, 5-7.

²Ver *Seventh-day Adventist Bible Commentary*, 4:833.

³Ver *ibid.*, 4:880-881.

⁴Para uma discussão mais detida da base bíblica para o “princípio dia-ano”, ver William H. Shea, *Selected Studies on Prophetic Interpretation*, Daniel and Revelation Committee Series, vol. 1 ([Silver Spring, MD: Biblical Research Institute of the General Conference of SDAs], 1982), 56-93; P. Gerard Damsteegt, *Foundations of the Seventh-day Adventist Message and Mission* (Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1988), 72, nota de rodapé 114.

Para um estudo mais detido da aplicação do “princípio dia-ano” aos períodos proféticos dos 1260 dias, dos 1290 dias e dos 1335 dias, ver William H. Shea, “Time Prophecies of Daniel 12 and Revelation 12-13”, em Frank B. Holbrook, ed., *Symposium on Revelation - Book I*, Daniel and Revelation Committee Series, vol. 6 (Silver Spring, MD: Biblical Research Institute of the General Conference of SDAs, 1992), 327-360.

mais tarde, em 538 A.D.⁵ O referencial básico para a datação desses cálculos proféticos é o ano 1798 A.D., quando o Papa Pio VI foi aprisionado, levado à França, onde morreu no exílio.⁶ Subtraindo-se 1260 anos de 1798, chega-se à data de 538.⁷ Tirando-se 1290 anos de 1798, recua-se ao ano 508.⁸

Embora a data de 1798 esteja bem estabelecida, devido ao importante evento que a sustenta,⁹ permanece ainda a indagação: Foram os anos de 508 e 538 A.D. escolhidos arbitrariamente, sem levar em consideração os eventos mais importantes da época, ou existe realmente apoio histórico para a escolha dessas datas?

Uma investigação histórica da validade dessas datas é importante não apenas devido às críticas levantadas contra elas, mas também para verificar se podemos continuar mantendo tal interpretação.

Entre os estudos mais relevantes das fontes históricas que suportam essas datas figuram os de Uriah Smith¹⁰ e C. Mervyn Maxwell.¹¹ Mas parece evidente que essas investigações poderiam ser ampliadas, levando-se em consideração uma perspectiva histórica mais ampla.

Diante disso, a presente investigação visa a prover uma contextualização histórica progressiva, que nos permita ver mais claramente o grau de validade dessas datas no contexto da interpretação profética.

Devido às limitações de tempo e espaço, esta investigação se deterá apenas com os principais desenvolvimentos históricos relacionados com o assunto em discussão. A pesquisa bibliográfica se limitou basicamente às fontes disponíveis em língua inglesa. Estudos futuros deveriam abranger também as fontes existentes em outras línguas, especialmente em latim, alemão, etc.

O Contexto Histórico de 508 A.D.

Eventos históricos não podem ser analisados, com propriedade, sem que se reconheçam os desenvolvimentos prévios que os geraram. É evidente, portanto, que

⁵Uma contextualização histórica de como os adventistas chegaram a esses cálculos proféticos é provida em Damsteegt, 20-25, 38-40, etc.

⁶Ver Artaud de Montor, *The Lives and Times of the Roman Pontiffs, from St. Peter to Pius IX* (Nova York: D. & J. Sadlier, 1866), 2:486-513; Ludwig von Pastor, *The History of the Popes from the Close of the Middle Ages* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1953), 40:332-339; J. N. D. Kelly, *The Oxford Dictionary of Popes* (Oxford: Oxford University Press, 1986), 302; S. J. Watson, *By Command of the Emperor: A Life of Marshal Berthier* (Londres: Bodley Head, 1957), 67-70; Owen Chadwick, *The Popes and European Revolution*, Oxford History of the Christian Church (Oxford: Clarendon Press, 1981), 462-471.

⁷Cf. C. Mervyn Maxwell, "An Exegetical and Historical Examination of the Beginning and Ending of the 1260 Days of Prophecy with Special Attention Given to A.D. 538 and 1798 as Initial and Terminal Dates" (dissertação de M.A., Seventh-day Adventist Theological Seminary, 1951), 70 em diante.

⁸Cf. *Seventh-day Adventist Bible Commentary*, 8:881: "Os que sustentam que o 'diário' [em Dn 8:11] representa o 'paganismo' subtraem 1290 de 1798 e chegam à data de 508."

⁹Ver Maxwell, 50-69.

¹⁰Uriah Smith, *The Prophecies of Daniel and the Revelation* (Nashville, TN: Southern Publishing Association, 1944), 266-279, 323-334.

¹¹Ver nota de rodapé 7.

nenhuma análise crítica séria pode ser feita ao uso dos anos 508 e 538 A.D., sem que se leve em consideração alguns passos significativos, prévios, rumo à união entre a Igreja e o Estado, e o crescimento da autoridade temporal do bispo de Roma.

A Conversão de Constantino. Analizando-se a história dos primeiros séculos da Igreja Cristã, percebe-se que a conversão do Imperador Constantino, em 312, não apenas se tornou um importante referencial nas relações entre a Igreja e o Estado, mas também gerou uma mudança radical no *status* do Cristianismo. Havendo sido perseguido no passado, o Cristianismo conseguiu certa tolerância, a partir de 311, através de um edito imperial.¹² Foi, porém, o Edito de Milão, promulgado em 313 pelos imperadores Constantino e Licínio, que concedeu aos cristãos completa liberdade de culto.¹³

Durante os anos seguintes, sob a liderança de Constantino, as propriedades eclesiásticas confiscadas foram restauradas à Igreja, e o “Dia do Sol” (domingo) foi imposto “como um dia de descanso e culto.” Além disso, Constantino assumiu “uma posição de liderança teológica no concílio de Nicéia, em 325, quando arbitrou a controvérsia ariana.”¹⁴

Depois que Constantino mudou a capital do império de Roma para Constantinopla, em 330, a liderança do bispo de Roma acabou sendo deixada sozinha “durante muito tempo”, e os romanos passaram a encará-lo naturalmente como o seu legítimo “líder temporal e espiritual” em situações de crise.¹⁵

A despeito do fato de Constantino jamais haver resignado sua posição como *Pontifex Maximus*, principal sacerdote da religião pagã estatal,¹⁶ suas decisões já eram “um grande ponto crucial”¹⁷ na história do Cristianismo. De acordo com Daniel Walther, “embora antes de 313 fosse difícil ser um cristão, era difícil não ser um cristão após essa data.”¹⁸

O processo de conceder privilégios à Igreja foi continuado pelos imperadores subseqüentes. O título de *Pontifex Maximus* não foi mais usado pelo Imperador Graciano. Em 380, Teodósio I promulgou “um edito tornando o Cristianismo a religião exclusiva do Estado”, e “qualquer pessoa que seguisse outra forma de culto seria punida pelo Estado.”¹⁹ Através do Edito de Constantinopla, em 392, os cultos pagãos tornaram-se ilegais. Portanto, o Cristianismo acabou se transformando finalmente na

¹²Lars P. Qualben, *A History of the Christian Church* (Nova York: Thomas Nelson and Sons, 1940), 116.

¹³Williston Walker, *História da Igreja Cristã*, 2ª ed. esp., trad. D. Glênio Vergara dos Santos e N. Durval da Silva (Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP/ASTE, 1980), 149.

¹⁴Earle E. Cairns, *O Cristianismo Através dos Séculos: Uma História da Igreja Cristã*, trad. Israel Belo de Azevedo (São Paulo: Vida Nova, 1984), 100.

¹⁵*Ibid.*, 127. Ver também M. Creighton, *A History of the Papacy from the Great Schism to the Sack of Rome* (Londres: Longmans, Green, and Co., 1907), 1:7-8.

¹⁶Cairns, 100.

¹⁷Qualben, 116.

¹⁸Daniel Walther, “I Believe... in the Millennium”, *Review and Herald*, 4 de maio de 1972, 5.

¹⁹Cairns, 100-101.

religião do Estado, e começou a perseguir o paganismo da mesma forma como o paganismo o havia perseguido antes.²⁰

A Cidade de Deus de Agostinho. Ao mesmo tempo que a Igreja Romana se tornava cada vez mais poderosa, o Império Romano enfrentava uma crescente fraqueza interna. Cômico dessa realidade, Alarico invadiu a Itália com os visigodos em 401. Como as autoridades romanas não tinham mais condições de recrutar forças militares suficientes para deter as invasões desses povos bárbaros, os visigodos saquearam Roma em 410. Que a "Roma Eterna", amada pelos deuses, pudesse ser tratada dessa forma podia ser interpretado pelos pagãos apenas como a consequência do abandono dos seus antigos deuses, cuja adoração havia sido considerada ilegal desde 392.²¹

Em resposta a essa acusação, Agostinho escreveu, entre 413 e 426, sua famosa obra intitulada *De Civitate Dei* (A Cidade de Deus).²² Embora o livro fosse escrito originalmente para solucionar um problema específico da época, sua influência na história da Igreja Cristã vai muito além do seu tempo. Thomas Merton enfatiza o fato de que "a visão da história de Santo Agostinho é a visão mantida pela Igreja Católica e por toda a tradição católica."²³

Os historiados concordam que Carlos Magno "encontrou na *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, uma inspiração para o Império Cristão que ele esperava reviver no mundo transformado dos séculos VIII e IX."²⁴ R. W. Collins vai além em declarar que "foi, sem dúvida, a *Cidade de Deus* que proveu a teoria do poder temporal do papado, com suas pretensões de domínio mundial."²⁵ L. P. Qualben explica que

a "Cidade de Deus" exerceu uma profunda influência sobre o Cristianismo ocidental. Ela formou o pano de fundo religioso para a teoria do papado medieval. A Cúria Romana da Idade Média transformou realmente a *Civitas Dei* [cidade de Deus] na *Civitas Terrena* [cidade terrestre], representada pelo império visível da Igreja governado pelo Bispo de Roma. A "Cidade de Deus" acentuou também a forte distinção entre o sagrado e o secular, que ainda continua exercendo tão grande influência sobre a civilização ocidental.²⁶

A Conversão de Clóvis. As invasões das tribos bárbaras trouxe não apenas um problema político para o Império Romano mas também muitas dificuldades para as pretensões do bispo de Roma. Além da tarefa de converter muitas tribos do paganismo, havia também o problema de converter os visigodos e os lombardos do arianismo para a ortodoxia cristã.²⁷

²⁰ *Ibid.*, 101.

²¹ Katherine F. Drew, "Barbarians, Invasions of", em Joseph R. Strayer, ed., *Dictionary of the Middle Ages* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1983), 2:90-91.

²² Ver R. H. Barrow, *Introduction to St Augustine, The City of God* (Londres: Faber and Faber, [1950]), 17.

²³ Thomas Merton, "Introduction", em Saint Augustine, *The City of God* (Nova York: Modern Library, 1950), ix.

²⁴ Edward R. Hardy, Jr., "The City of God", em Roy W. Battenhouse, ed., *A Companion to the Study of St. Augustine* (Nova York: Oxford University Press, 1955), 257.

²⁵ Ross William Collins, *A History of Medieval Civilization in Europe* (Boston: Ginn and Company, s.d.), 102.

²⁶ Qualben, 126.

²⁷ Cairns, 103.

Mas um evento muito significativo ocorreu quase no fim do século V. Em 493,²⁸ Clóvis I, rei dos francos, casou-se com Clotilde, princesa católica da Borgonha. Mesmo permitindo que seus filhos fossem batizados, ele próprio hesitava abjurar “a fé dos seus ancestrais”.²⁹ Mas ele viu também a Igreja Católica Romana tornar-se “o grande poder eclesiástico do futuro”, e se defrontou com a questão básica: Deveria o seu grande poder político crescer “em aliança com esse outro poder ou em oposição a ele”?³⁰

À semelhança de Constantino,³¹ Clóvis começou a perceber “a força que ele ganharia se aceitasse o Cristianismo”,³² e, durante uma batalha com os alamanos, ele jurou aceitar o Deus de Clotilde e se tornar um cristão se ele saísse vitorioso.³³ Em decorrência de sua vitória, ele foi batizado, no dia de Natal de 496,³⁴ com três mil de seus soldados, pelo Bispo Remígio de Reims, que proferiu, na ocasião, as conhecidas palavras: “Inclina a tua cabeça em humildade, ó sicambriano; adora o que havias queimado e queime o que havias adorado.”³⁵

De acordo com E. E. Cairns, “a aceitação do Cristianismo por Clóvis teria efeitos duradouros na história futura da Igreja.”³⁶ H. Rosenberg afirma que “a conversão de Clóvis lançou os fundamentos para uma importante aliança entre o papado e os francos.”³⁷ É evidente que “isto não significa que o papa teve imediatamente grande influência sobre a política real”,³⁸ mas o fundamento foi lançado naquela ocasião, pois “foram apenas os francos que se tornaram, de todas as tribos germânicas, um amplo poder na história geral da Idade Média.”³⁹

E. Emerton declara que

o papa ficou, por conseguinte, cheio de satisfação ao ouvir que o recém converso franco havia assumido a sua forma de fé cristã. Ele estava pronto a abençoar qualquer

²⁸Walter C. Perry, *The Franks, From Their First Appearance in History to the Death of King Pepin* (Londres: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1857), 75.

²⁹H. M. Gwatkin e J. P. Whitney, *The Cambridge Medieval History* (Nova York: Macmillan, 1926), 2:111.

³⁰George B. Adams, *Civilization during the Middle Ages* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1914), 140.

³¹Cf. Brian Tierney e Sidney Painter, *Western Europe in the Middle Ages: 300-1475*, 3ª ed. (Nova York: Alfred A. Knopf, 1978), 54: “A história contada sobre a conversão de Clóvis é semelhante à de Constantino.”

³²Gwatkin e Whitney, 112.

³³Cf. Thomas Hodgkin, *Theodoric the Goth; the Barbarian Champion of Civilization* (Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1894), 189-190: “Clóvis, elevando os seus olhos aos céus e derramando lágrimas em agonia de alma, disse: ‘Ó Jesus Cristo! a quem Clotilde declara ser o filho do Deus vivo, e que é dito dar ajuda aos abatidos e a vitória aos que em ti confiam, eu humildemente oro por tua gloriosa ajuda, e prometo que se me concederes a vitória sobre esses inimigos, eu creerei em ti e serei batizado em teu nome. Pois eu clamei aos meus próprios deuses e cheguei à conclusão de que eles não são de nenhum poder e não ajudam àqueles que os buscam.’”

³⁴Archibald Bower, *The History of the Popes* (Philadelphia: Griffith & Simon, 1844), 295. Com respeito à teoria, mais recente, de que Clóvis tenha sido batizado somente em 508, ver, por exemplo, Edward James, *The Franks* (Oxford: Basil Blackwell, 1988), 123.

³⁵James, 121-122.

³⁶Cairns, 104.

³⁷Harry Rosenberg, “The West in Crisis”, em Tim Dowley, ed., *Eerdmans' Handbook to the History of Christianity* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1977), 220.

³⁸*Ibid.*

³⁹Adams, 135.

empreendimento deles como a obra de Deus, se apenas fosse em oposição aos pagãos arianos. Assim começou, já no ano 500, um acordo entre o papado romano e o império franco que haveria de amadurecer em uma íntima aliança, e de fazer muito para forjar toda a história futura da Europa.⁴⁰

Para W. J. Courtenay, a conversão de Clóvis “transformou automaticamente as guerras de Clóvis em *guerras santas* contra os hereges e os descrentes.”⁴¹ Gwatkin e Whitney explicam que os bispos da Igreja de Roma exerceram a mais poderosa influência para apoiar a Clóvis em suas lutas com as tribos bárbaras pagãs, e mesmo contra aquelas que aderiram à heresia ariana. Com tal apoio, suas guerras assumiram “o caráter de *guerras religiosas - crusadas*, valendo-nos do termo usado posteriormente.”⁴²

O Ano de 508 A.D. Em 507 Clóvis declarou guerra contra os visigodos. Ele era o agressor, e para ele “era uma *guerra religiosa*, para libertar a Gália dos hereges arianos.”⁴³ Ele reuniu suas tropas e fez a elas um vigoroso discurso, no qual ele declarou: “Entristece-me o fato desses arianos dominarem uma parte da Gália. Marchemos, *com a ajuda de Deus*, e subjuguemos o seu país.”⁴⁴ Sem dúvida, “o elemento religioso foi muito poderoso nessa guerra”,⁴⁵ “da qual dependia, humanamente falando, a supremacia do credo *católico* ou do *ariano* na Europa ocidental.”⁴⁶

Após a sua vitória, em 508, Clóvis recebeu honras especiais de Roma.

De acordo com Auguste Dumas,

Em 508, enquanto retornava daquela conquista, Clóvis veio a Tours, oferecendo suas dádivas a São Martinho. Ele viu uma embaixada vindo de Constantinopla. “Ele recebeu, de acordo com Gregório de Tours, do Imperador Anastácio, o diploma de cônsul. Na basílica de São Martinho, ele vestiu-se com uma túnica purpúrea, a clâmide, e colocou um diadema sobre a sua cabeça. Então, montado em um cavalo, ele jogou alguns pedaços de ouro e de prata para as pessoas reunidas na estrada. Daquela época em diante, ele era chamado de cônsul e Augusto.” (*Hist. Franc.*, ii, 38).⁴⁷

⁴⁰Ephraim Emerton, *An Introduction to the Study of the Middle Ages (375-814)* (Boston: Ginn and Company, 1916), 66.

⁴¹William J. Courtenay, “Clovis I”, em *The McGraw-Hill Encyclopedia of World Biography* (New York: McGraw-Hill Book Company, 1973), 3:56 (grifo acrescentado).

⁴²Gwatkin e Whitney, 112 (grifos acrescentados).

⁴³*Ibid.*, 160 (grifo acrescentado).

⁴⁴*Ibid.*, 113 (grifo acrescentado).

⁴⁵Thomas R. Buchanan, “Clovis”, em William Smith e Henry Wace, eds., *A Dictionary of Christian Biography, Literature, Sects and Doctrines* (Boston: Little, Brown, and Company, 1877), 1:582: “Que o elemento religioso foi muito poderoso nessa guerra (Rückert, i. 324) é evidente da carta de Clóvis aos bispos (Bouquet, *l.c.*), das tentativas inúteis de Alarico para confirmar a lealdade dos seus súditos católicos e romanos (Richter, p. 39, nota 2), e do que Cassiodoro (Var. iii. Ep. 1-4) nos diz das negociações anteriores à guerra.”

⁴⁶Perry, 85 (grifos acrescentados).

⁴⁷Auguste Dumas, “Clovis I”, em Alfred Baudrillart, A. De Meyer e Et. Van Cauwenbergh, eds., *Dictionnaire D'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques* (Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1956), 13:30. Ver também Gwatkin e Whitney, 115; Smith e Wace, 1:582-583. Cf. Jean Hubert, “Clovis”, em *Encyclopaedia Britannica* (Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1971), 5:952: “Essa história [da visita de Clóvis a Tours em 508], uma vez questionada por alguns historiadores, tem sido corroborada, até certo ponto, por investigações posteriores.”

Em realidade, Clóvis “aparece como um dos grandes gênios criativos que dão um novo rumo ao curso da história.”⁴⁸ Ele “foi o fundador da primeira monarquia bárbara que foi plenamente capaz de resistir vitoriosamente aos últimos choques de invasão e de permanecer por muitos séculos”,⁴⁹ e que “se tornou um sustentáculo vigoroso do papado na baixa Idade Média.”⁵⁰

Victor Duruy enfatiza apropriadamente o importante papel desempenhado por Clóvis como um grande unificador. Ele diz:

Clóvis foi o primeiro a unir todos os elementos dos quais a nova ordem social seria formada, a saber, os *bárbaros*, aos quais ele colocou no poder; a *civilização romana*, à qual ele rendeu homenagem ao receber a insígnia de patriarca e cônsul da parte do Imperador Anastácio; e a *Igreja Católica*, com a qual ele estabeleceu a frutífera aliança que foi continuada pelos seus sucessores. O Concílio de Orleans havia sancionado essa aliança, reconhecendo a Clóvis como o protetor da Igreja, cujas isenções ele confirmou nesse mesmo concílio. O papa já havia escrito a ele: “O Senhor proveu as necessidades da Igreja por lhe conceder como defensor *um príncipe armado com o capacete da salvação*: seja sempre para ela uma coroa de ferro, e ela te concederá a vitória sobre os teus inimigos.”⁵¹

George B. Adams também enfatizou o fato de que Clóvis

uniu os *romanos* e os *germanos* em termos iguais, preservando cada um deles as fontes de sua força, para formar uma nova civilização. Ele fundou um poder político que haveria de unir em si quase todo o continente, e dar fim ao período das invasões. Ele estabeleceu uma íntima aliança entre as duas grandes forças controladoras do futuro, os impérios que continuaram a unidade criada por Roma, o império *político* e o *eclesiástico*.⁵²

O mesmo autor explica o significado eclesiástico dessa aliança, na seguinte declaração:

É provável que o Império Franco poderia ter sido formado sem essa aliança. É possível também que uma organização eclesiástica comum poderia ter sido criada para todas as suas partes; mas teria sido impossível para tal igreja realizar a obra - tão importante fora das fronteiras francas como dentro delas - que a Igreja Católica levou a cabo.⁵³

Conclusões. Do que foi dito até aqui, podemos chegar a algumas conclusões importantes: (1) A conversão de Constantino foi o ponto crucial que permitiu que o Cristianismo se tornasse a religião oficial do Império Romano; (2) *A Cidade de Deus*, de Agostinho, proveu o ideal filosófico que inspirou o papado a construir um poder temporal para conquistar o mundo; (3) a conversão de Clóvis I abriu as portas para a unificação político-eclesiástica que era necessária para apoiar as pretensões católico-romanas durante a Idade Média; e (4) a guerra de Clóvis e a vitória final sobre os

⁴⁸Adams, 137.

⁴⁹Victor Duruy, *The History of the Middle Ages* (Nova York: Holt and Company, 1904), 29. Cf. Strayer, ed., *Dictionary of the Middle Ages*, 2:94: “Em 508 ele [Clóvis] conseguiu eliminar todos os reis francos rivais, muitos dos quais eram parentes próximos.”

⁵⁰Caims, 104.

⁵¹Duruy, 32 (grifos acrescentados).

⁵²Adams, 142 (grifos acrescentados).

⁵³*Ibid.*, 141.

visigodos arianos, em 508, representa um passo extremamente importante em prover um exército efetivo para a Igreja Católica Romana punir os assim-chamados “hereges.”

Portanto, o que ocorreu em 508 pode ser considerado um dos passos mais significativos no processo de consolidação das pretensões temporais da Igreja Católica Romana, que atingiu sua culminância nas fortes perseguições da Idade Média.

O Contexto Histórico de 538 A.D.

Muitos eventos importantes ocorreram no longo processo de fortalecimento do papado. Tendo em mente o que foi dito até aqui, passaremos agora a considerar, mais especificamente, alguns desses eventos ocorridos desde o início do século VI até o ano de 538.

O Papa Símaco. No período inicial da Igreja Cristã, todos os bispos possuíam quase que a mesma autoridade. Mas “entre 313 e 450, o bispo romano passou a ser reconhecido como o primeiro entre os iguais.”⁵⁴ Com a ascensão de Leão I ao trono episcopal, em 440, o bispo de Roma começou a reivindicar mais explicitamente sua supremacia sobre os demais bispos. Alguns dos bispos romanos da segunda metade do século V eram homens poderosos, e “não deixavam passar nenhuma oportunidade que pudesse aumentar o seu poder.”⁵⁵

Na passagem do século V para o século VI, o Papa Símaco foi “acusado de muitas *crimina*”, dentre as quais se destacavam a de “adultério” e de “dissipar as propriedades da Igreja.”⁵⁶ As acusações foram levadas ao herético rei ariano Teodorico, que convocou, com o consentimento do papa, um sínodo em 501 para tratar da questão.⁵⁷ A despeito do fato de algumas pessoas argumentarem “que o bispo romano não podia ser julgado por qualquer outra pessoa, mesmo que fosse acusado de crimes como aqueles dos quais Símaco era acusado”,⁵⁸ o problema não foi solucionado imediatamente. Mas finalmente, os membros de um sínodo realizado em 503 “exigiram que os oponentes e os acusadores do papa deveriam ser punidos, e saudaram a ele com altos brados de alegria.”⁵⁹ Teodorico, rei dos ostrogodos, que estivera diretamente envolvido na solução do problema, “ordenou agora que todas as igrejas em Roma fossem entregues a Símaco, e que somente ele fosse reconhecido como bispo desta cidade.”⁶⁰

A despeito do fato de que essas discussões tratavam mais especificamente da integridade moral pessoal de Símaco em ocupar o trono papal, a questão básica da autoridade papal também estava envolvida: Podia um papa ser julgado por um rei ou por outros bispos?

⁵⁴Caims, 127.

⁵⁵*Ibid.*

⁵⁶Charles J. Hefele, *A History of the Councils of the Church, From the Original Documents* (Edinburgh: T. & T. Clark, 1895), 4:60.

⁵⁷*Ibid.*, 59, 61.

⁵⁸*Ibid.*, 62.

⁵⁹*Ibid.*, 71.

⁶⁰*Ibid.*, 74.

Em resposta à essa questão, havia pelo menos um “infame e extravagante bajulador de Símaco”, chamado Enódio, que chegava mesmo a ponto de asseverar “que um pontífice romano era constituído *juíz em lugar de Deus*, posição por ele ocupada como o subgerente do Altíssimo.”⁶¹

Embora o próprio Símaco admitisse obedecer “os poderes temporais *quando estes se limitam à esfera deles*”,⁶² ele era também capaz de condenar o imperador por “apoiar a heresia”, enfatizando a sua própria superioridade sobre o governante:

Você imagina que, por ser um imperador, está em conformidade com a lei para você desprezar as ordenanças de Deus, e exaltar-se contra o poder de São Pedro? ... Compare a dignidade dos imperadores com a de um pontífice. Entre eles existe tanta diferença como entre um administrador das coisas terrestres e outro das celestiais. Embora você seja um príncipe, você recebe do pontífice o batismo e os sacramentos, e seu pedido de penitência. Em resumo, enquanto você é encarregado apenas de questões humanas, ele dispensa a você os bens celestiais. A dignidade dele, por conseguinte, é pelo menos igual à sua, para não dizer superior a ela.⁶³

O Imperador Justiniano. Justiniano I tornou-se imperador único do segmento oriental do Império Romano, conhecido como o Império Bizantino, em 527. Seus ideais políticos e eclesiásticos são bem definidos por Daniel D. McGarry na seguinte declaração:

Ele era inspirado por dois grandes projetos: [1] restaurar o *Império Romano* ao redor do Mediterrâneo Ocidental, e [2] reestabelecer a unidade da *Igreja Cristã*. O primeiro alvo postulava a reconquista do ocidente do Mediterrâneo; o segundo, a erradicação da heresia no Egito e na Síria.⁶⁴

Mas Justiniano não via esses dois alvos como dissociados um do outro. Em realidade, ele reconhecia que uniformidade em questões seculares só poderia ser bem-sucedida com “a mesma uniformidade em questões de fé.” Portanto, “Justiniano desejava reunificar todas as ramificações da Igreja Cristã e abolir todas as heresias.”⁶⁵ De acordo com James Bryce:

Não apenas orgulhava-se de sua *ortodoxia*, como vários soberanos anteriores haviam feito, mas tinha também grande confiança em suas próprias capacidades como *teólogo*, e tomou parte ativa em todas as controvérsias da época. Sendo um estudante diligente e uma pessoa de algumas pretensões literárias, ele leu e escreveu consideravelmente sobre assuntos teológicos.⁶⁶

⁶¹ John L. Mosheim, *An Ecclesiastical History, Ancient and Modern, from the Birth of Christ, to the Beginning of the Eighteenth Century* (Londres: Impresso para R. Baynes, 1819), 2:113.

⁶² M. Gosselin, *The Power of the Pope During the Middle Ages; or, An Historical Inquiry into the Origin of the Temporal Power of the Holy See, and the Constitutional Laws of the Middle Ages Relating to the Deposition of Sovereigns* (Baltimore: J. Murphy & Co., 1835), 1:186 (grifo acrescentado).

⁶³ *Ibid.*, 185.

⁶⁴ Daniel D. McGarry, *Medieval History and Civilization* (Nova York: Macmillan, 1976), 119 (grifos acrescentados).

⁶⁵ Shepard B. Clough, ed., *A History of the Western World: Ancient Times to 1715* (Lexington, MA: D. C. Heath, 1969), 200.

⁶⁶ James Bryce, “Justinianus I”, em Smith e Wace, 3:545 (grifos acrescentados).

Algumas decisões eclesiásticas muito significativas foram tomadas por Justiniano.⁶⁷ Como um “campeão da ortodoxia”, ele “proibiu impiedosamente tanto o paganismo como a heresia.”⁶⁸ R. W. Collins explica que

os devotos das divindades pagãs foram privados de todos os direitos civis; assim eles não podiam exercer ofícios públicos, deixar como herança suas propriedades, ou servir como testemunha num julgamento. A pena de morte foi decretada a todos os que secretamente praticassem um culto pagão ou, uma vez convertidos, retornassem à sua antiga fé. Os filhos de pais pagãos deveriam ser tomados destes, batizados e instruídos na religião cristã. Todos os templos restantes eram convertidos em igrejas cristãs ou destruídos. Como um sopro final contra o paganismo, a Academia de Atenas, o último refúgio da filosofia pagã, foi fechada [em 529], seus professores foram dispersos, e suas doações, confiscadas.⁶⁹

Considerando “a unidade da fé em um estado bem-organizado tão essencial quanto a unidade política”,⁷⁰ Justiniano realizou um trabalho incomparável como “codificador e consolidador das leis preexistentes”, e como legislador, preparando “novas leis”, que foram incorporadas em sua famosa *Corpus Juris Civilis*.⁷¹ Essa obra inclui não apenas leis civis, mas também leis eclesiásticas, através das quais a supremacia eclesiástica do papa foi oficialmente legalizada.⁷²

Na segunda edição do seu *Codex*, publicado no dia 16 de novembro de 534,⁷³ aparece uma carta escrita por Justiniano ao Papa João II, em 533, na qual ele reconhece o papa como “o cabeça de todas as Sagradas Igrejas.” Justiniano inicia sua carta com as seguintes palavras:

Justiniano, Vitorioso, Pio, Feliz, Renovado, Triunfante, sempre Augusto, a João, Patriarca, e o mais Santo Arcebispo da justa Cidade de Roma:

Com honra à Sé Apostólica, e à Vossa Santidade, que é e sempre tem sido lembrada em Nossas orações, tanto agora como anteriormente, e honrando vossa alegria, como é próprio no caso de alguém que é considerado como um pai, Nós nos apressamos em trazer ao conhecimento de Vossa Santidade tudo o que esteja relacionado com a condição da Igreja, uma vez que sempre tivemos o maior desejo de preservar a unidade da Sé Apostólica, e a condição das Santas Igrejas de Deus, como elas existem no tempo presente, para que permaneçam sem distúrbios ou oposições. Portanto, Nós Nos empenhamos em unir todos os sacerdotes do Oriente e sujeitá-los à Sé de Vossa Santidade, e, em consequência das questões levantadas presentemente, embora elas sejam evidentes e livres de qualquer dúvida, e, de acordo com a doutrina da vossa Sé Apostólica, são observadas constantemente com firmeza e pregadas por todos os sacerdotes, Nós ainda consideramos necessário que elas sejam trazidas à atenção de Vossa Santidade. Pois não permitimos que nada que diga respeito a condição da Igreja, embora o que cause as dificuldades seja claro e livre de dúvida, seja discutido sem que seja trazido ao conhecimento de Vossa

⁶⁷Ver *ibid.*, 545-551.

⁶⁸Collins, 156.

⁶⁹*Ibid.*, 156-157.

⁷⁰*Ibid.*, 156.

⁷¹Ver Smith e Wace, 551-559.

⁷²Ver LeRoy E. Froom, *The Prophetic Faith of Our Fathers* (Washington, DC: Review and Herald, 1950), 1:501-517.

⁷³Smith e Wace, 554. De acordo com *ibid.*, 553, a primeira edição do *Codex* foi formalmente promulgado em abril de 529

Santidade, porque Vós sois *o cabeça de todas as Santas Igrejas*, pois Nós Nos empenharemos de todas as formas (como já mencionado) para *aumentar a honra e a autoridade da Vossa Sé*.⁷⁴

É importante notar também a maneira como o papa enfatizou sua própria autoridade em uma carta escrita a Justiniano:

João, Bispo da Cidade de Roma, ao mais Ilustre e Misericordioso Filho Justiniano:

Entre as conspícuas razões para louvar a vossa sabedoria e nobreza, *Mais Cristão dos Imperadores*, e um que irradia luz como uma estrela, se encontra o fato de que pelo amor do Pai, e ativado pelo zelo pela caridade, tu, instruído em disciplina eclesiástica, tens mantido a reverência pela Sé de Roma, e tens *subjugado todas as coisas à sua autoridade, e lhe tens dado unidade*. O seguinte preceito foi comunicado ao seu fundador, isto é, ao primeiro dos Apóstolos, pela boca do Senhor, a saber: "Apascenta os meus cordeiros."

Esta Sé é, em realidade, *a cabeça de todas as igrejas*, como assegurado pelos preceitos dos Pais e decretos dos Imperadores, e testificado pelas palavras de vossa mais venerável piedade.⁷⁵

No mesmo ano (533), Justiniano promulgou um edito "contra *todos os hereges*."⁷⁶ Também em 533, um acordo de paz foi concluído entre os persas e os romanos, e os laureados filósofos pagãos, que se refugiaram entre os persas após Justiniano haver decretado o fechamento da escola deles em Atenas (529), "desapareceram gradativamente nas escolas públicas e seminários de erudição, que deixaram, com o passar do tempo, de estar sobre a direção deles."⁷⁷

Uma das maiores evidências do interesse de Justiniano nas questões da igreja pode ser observado, entretanto, "nos edifícios que ele construiu por todo o império."⁷⁸ O maior deles foi a igreja da *Hagia Sophia*, ou a Igreja da Sagrada Sabedoria, que "foi designada para ser o símbolo visível do poder imperial", e da qual o imperador considerava-se a si mesmo o representante terrestre."⁷⁹ Construída em Constantinopla, e dedicada no dia de Natal de 537,⁸⁰ esse edifício tem sido considerado "o mais magnífico monumento da arte bizantina da época", e "o mais importante edifício na história da arte cristã."⁸¹

O Ano de 538 A.D. Como visto anteriormente, muitos eventos importantes ocorreram durante o período anterior a 538, preparando o caminho para a supremacia papal da Idade Média. Embora Justiniano houvesse reconhecido oficialmente, em 533, a primazia eclesiástica do papa, a Igreja de Roma ainda não tinha liberdade política para exercer sua supremacia. Desde a queda do Império Romano (476), Roma estava sempre sob domínio de um rei ariano. Os *hérulos* dominaram Roma até o tempo em

⁷⁴*The Code of Justinian*, 2ª ed., livro 1, título 1. Republicado em S. P. Scott, *The Civil Law* (Cincinnati: Central Trust Company, s.d.), 12:11-12 (grifos acrescentados).

⁷⁵*Ibid.*, 12:10-11 (grifos acrescentados). Lamentavelmente, não foi possível ao autor do presente artigo descobrir a data dessa carta.

⁷⁶Richard F. Littledale, *The Petrine Claims* (Londres: Society for Promoting Christian Knowledge, 1889), 291 (grifo acrescentado).

⁷⁷Mosheim, 2:109.

⁷⁸Collins, 157.

⁷⁹*A History of the Western World*, 199.

⁸⁰*Ibid.*

⁸¹Collins, 158.

que o seu rei Odoacro foi assassinado por Teodorico, em 493.⁸² Em 534, os *vândalos* foram completamente derrotados por Belisário e o seu exército.⁸³ Mas Roma ainda não havia sido libertada do domínio dos *ostrogodos*.

Em realidade, Roma, de acordo com Hodgkin, foi bloqueada por 374 dias, durante 537 e 538, pelo grande cerco dos ostrogodos. Mas por volta de 12 de março de 538, "os godos resolveram abandonar o seu cerco de Roma."⁸⁴ Herwing Wolfram esclarece que "no dia 21 de junho de 538, Belisário deixou Roma. Pouco depois, Narses com sete mil homens desembarcaram em Picenum, provavelmente no porto de Firmum-Fermo. A superioridade numérica dos godos era agora uma coisa do passado."⁸⁵ Por conseguinte, "em 538, pela primeira vez desde o fim da linhagem imperial ocidental, a cidade de Roma estava livre do domínio de um reino ariano."⁸⁶ Isso não significa que naquela época o Império Ostrogodo sucumbiu, "mas a sepultura da monarquia ostrogoda na Itália foi cavada pela derrota desse cerco."⁸⁷

Também em 538 foi realizado o Terceiro Sínodo de Orleans,⁸⁸ provavelmente no dia 7 de maio, no qual "os bispos reunidos declararam a sua intenção de reestabelecer as *antigas leis da Igreja* e aprovar *novas leis*".⁸⁹ Entre os 33 cânones, havia um (Cânone 13) no qual é dito que "os cristãos não devem se casar com judeus, nem mesmo comer com eles";⁹⁰ e outro (Cânone 28) que diz:

É uma superstição judaica a noção de que é ilegal cavalgar ou dirigir no *Domingo*, ou fazer qualquer coisa para decorar a casa ou a pessoa. Mas os trabalhadores do campo são proibidos, de maneira que o povo tenha condições de vir à igreja e adorar. Qualquer que agir de outra forma será punido, não pelos leigos, mas pelos bispos.⁹¹

No dia 29 de junho de 538, o Papa Virgílio respondeu uma carta de Profuturo, Bispo de Braga, na Lusitânia, na qual ele "condena aqueles que se abstêm de certos tipos de *carnes*, alegando serem proibidas, ou más em si mesmas, como se procedessem de um princípio mau; que foi a doutrina dos *maniqueus*."⁹²

⁸²Thomas Hodgkin, *Italy and Her Invaders* (Oxford: Clarendon Press, 1896), 3:212.

⁸³*Ibid.*, 3:620-626.

⁸⁴*Ibid.*, 4:250. Cf. Sir Edmund Barrow, *The Growth of Europe Through the Dark Ages: A.D. 401-1100* (Londres: H. F. & G. Witherby, 1927), 71-72: "O cerco durou todo um ano, de fevereiro ou março de 537 a março de 538. ... Os godos tentaram negociar, mas sem sucesso, e em março de 538 Vitiges suspendeu o cerco e se retirou na direção do norte."

⁸⁵Herwig Wolfram, *History of the Goths*, trad. Thomas J. Dunlap, ed. rev. (Berkely, CA: University of California Press, 1988), 346.

⁸⁶*Seventh-day Adventist Bible Commentary*, 4:826-827.

⁸⁷Froom, 1:515; Hodgkin, *Italy and Her Invaders*, 251-252.

⁸⁸Ver Hefele, 204-209.

⁸⁹*Ibid.*, 205 (grifos acrescentados).

⁹⁰*Ibid.*, 207.

⁹¹*Ibid.*, 208-209 (grifo acrescentado).

⁹²Archibald Bower, *The History of the Popes, from the Foundation of the See of Rome, to the Present Time* (Londres: Impresso para o autor, 1750), 2:375-376 (primeiro grifo acrescentado).

O fato de Virgílio ser levado a Constantinopla e mantido lá por sete anos (547-554),⁹³ por não haver obedecido à vontade imperial, não significa que naquela época não houvesse um poder eclesiástico para apoiar as ambições católico-romanas. O verdadeiro problema foi que Justiniano, “que se orgulhava de seu conhecimento teológico e que tinha um amor apaixonado por sutis debates teológicos”, não estava satisfeito apenas em convocar concílios, sancionar ou revogar seus decretos, formular confissões de fé, e proferir veementes anátemas;⁹⁴ ele estava determinado mesmo “a dominar o Papa, bem como a Igreja oriental.”⁹⁵

De acordo com Bémont e Monod,

A medida que o bispo de Roma estava se tornando, desta maneira, o primata indisputável da Itália, e estava exercendo uma função de liderança na Igreja universal, ele começou a se envolver em questões temporais, não apenas em Roma, mas também no Império, e mesmo entre os reinos bárbaros. Até o século VI, todos os papas são declarados santos nas martirologias. Virgílio (537-555) foi o primeiro de uma série de papas a não mais trazerem esse título, que foi conferido parcimoniosamente desde aquele tempo. Dessa época em diante, os papas, cada vez mais envolvidos em assuntos temporais, não pertenciam apenas à Igreja; eles são homens de estado, e, então, governantes do estado.⁹⁶

Platt e Drummond declaram que “poucos imperadores da Roma antiga tiveram tanto poder como o Papa durante a Idade Média.”⁹⁷

Conclusões. Do que foi dito sobre o contexto histórico de 538 A.D., podemos concluir que: (1) A despeito do fato de Símaco ter legalmente de se submeter algumas vezes ao herético rei ariano Teodorico, ele não apenas se considerava superior ao governante secular, mas mesmo se auto-denominou “juíz em lugar de Deus” e “subgerente do Altíssimo”;⁹⁸ (2) Justiniano I não apenas chamou o papa de “o cabeça de todas as Sagradas Igrejas”,⁹⁹ mas também legalizou oficialmente a supremacia eclesiástica do papa; e (3) foi somente em 538 que a cidade de Roma se tornou livre do domínio de qualquer reino ariano “herético”, e a Igreja de Roma foi capaz de desenvolver mais efetivamente a sua supremacia eclesiástica.

A seguinte declaração é muito significativa para se obter uma idéia clara do relacionamento entre 533 e 538, como mencionado anteriormente:

Embora esse reconhecimento legal da supremacia eclesiástica do papa seja datado de 533, é óbvio que o edito imperial não pode se tornar efetivo para o papa enquanto o reino ariano dos ostrogodos controlava Roma e grande parte da Itália. Foi somente após o domínio dos godos ter sido quebrado que o papado teve liberdade para desenvolver plenamente o seu poder. Em 538, pela primeira vez desde o fim da linhagem imperial

⁹³De acordo com A. Bower, Virgílio chegou “em Constantinopla no dia 25 de janeiro de 547” (ibid., 384), e embarcou em seu retorno a Roma, levando consigo um “Constituição datada de 13 de agosto [de 554]” (ibid., 415-416).

⁹⁴Collins, 156.

⁹⁵Ibid., 158.

⁹⁶Charles Bémont e G. Monod, *Medieval Europe from 395 to 1270* (Nova York: Henry Holt, 1902), 120-121.

⁹⁷Nathaniel Platt e Muriel J. Drummond, *Our World Through the Ages* (Nova York: Prentice-Hall, 1954), 141. Estes dois historiadores datam a Idade Média de ca. 500 a ca. 1500, de acordo com ibid., 134.

⁹⁸Mosheim, 2:113.

⁹⁹Scott, 12:12.

ocidental, a cidade de Roma estava livre do domínio de um reino ariano. Naquele ano, o reino dos ostrogodos recebeu o seu golpe mortal (embora os ostrogodos sobrevivessem mais alguns anos como um povo). Esta é a razão porque 538 é uma data mais significativa do que 533.¹⁰⁰

Resumo e Conclusões

Uma análise da história do Cristianismo revela que vários passos importantes ocorreram entre os séculos IV e VI, no processo pelo qual a Igreja Romana tornou-se cada vez mais influente em questões seculares. Esse processo culminou na união entre a Igreja e o Estado.

No tempo de Constantino, o Cristianismo obteve liberdade de culto, tornando-se uma religião oficial do Estado. Os imperadores subseqüentes avançaram mais e mais na direção de transformar o Cristianismo na religião exclusiva do Estado. Após o saque de Roma pelos visigodos em 410, Agostinho escreveu sua famosa obra *A Cidade de Deus*, na qual ele expôs “o ideal católico de uma igreja universal em controle de um estado universal”, provendo “a base teocrática para o papado medieval.”¹⁰¹ A conversão de Clóvis, rei dos francos, foi um evento muito significativo em prover a unificação da Europa Ocidental para apoiar o papado durante a primeira metade da Idade Média. E a guerra de Clóvis contra os visigodos arianos, e sua vitória sobre eles, em 508, representa um passo importante em prover um exército efetivo para a Igreja Católica Romana punir os “hereges”.

A despeito do fato de o Papa Símaco ser fortemente acusado, e ter de se submeter ao julgamento do herético rei ariano Teodorico, ele se considerava superior ao governante secular, e foi chamado até mesmo de “juiz em lugar de Deus” e “subgerente do Altíssimo”.¹⁰² Embora em 533 Justiniano, imperador do Império Bizantino, já houvesse reconhecido a supremacia eclesiástica do papa, quando o chamou de “a cabeça de todas as Sagradas Igrejas”,¹⁰³ e, no ano seguinte (534), esse *status* foi legalizado oficialmente na segunda edição do *Codex*, foi somente em 538 que a cidade de Roma foi libertada do domínio de um “herético” reino ariano, e a Igreja Romana foi capaz de desenvolver mais efetivamente sua supremacia eclesiástica.

Podemos concluir, com base nas discussões anteriores, que, se tomarmos os eventos ocorridos em 508 e 538 isoladamente, sem levar em consideração os seus respectivos contextos históricos, poderemos ser tentados a negar a validade de se escolher essas datas como pontos de partida para os períodos proféticos dos 1290 e 1335 anos, e para os 1260 anos. Mas se considerarmos os anos de 508 e 538 à luz dos seus respectivos antecedentes históricos, perceberemos que não existe qualquer razão

¹⁰⁰ *Seventh-day Adventist Bible Commentary*, 4:827.

¹⁰¹ *Ibid.*, 836.

¹⁰² Mosheim, 2:113.

¹⁰³ Scott, 12:12.

para negarmos a importância histórica de tais datas no longo processo de estabelecimento da autoridade temporal do Bispo de Roma.¹⁰⁴

¹⁰⁴Qualquer tentativa de alterar as datas de 508 e 538 também acaba alterando o ano de 1798 como o término dos períodos dos 1260 e 1290 anos. Para um estudo adicional da validade do ano de 1798, ver Maxwell, 50-69.